

■ OGP

CGU participa da Cúpula Global da OGP e assume copresidência da parceria

■ ONU

CGU lidera delegação brasileira e projeta protagonismo do Brasil na COSP11, em Doha

■ OCDE

Integridade pública no Brasil: consolidando progressos

NOTÍCIAS DA ASCOM

[CGU apresenta experiência com o robô Alice em simpósio internacional sobre IA e anticorrupção no Catar](#)

[SIPRI Apresenta Iniciativas da CGU na Reunião da Coalizão Interamericana de Ética Empresarial](#)

[Ministro da CGU lidera delegação brasileira na 11ª Conferência da Convenção da ONU contra a Corrupção](#)

[COP30: Ministro da CGU se reúne com jovens líderes do Fellowship OEA 2025](#)

[Secretária de Integridade Pública participa de dois eventos internacionais promovidos pela OCDE nesta semana](#)

[CGU participa do XXIX Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação \(RTA\) da Ibero-América](#)

[CGU destaca modelo brasileiro de proteção a denunciante em evento do G20 na África do Sul](#)

[CGU participa de intercâmbio internacional sobre uso da IA na Administração Pública em Lisboa](#)

[Servidor da CGU integra 1ª turma da Escola de Governo e Desenvolvimento Maria da Conceição Tavares, no Chile](#)

[Em visita à CGU, Christian Bason destaca importância da cultura de inovação e feedback](#)

[Regional de Pernambuco participa do 21º Congresso Internacional de Inovação na Educação](#)

[SNAI e SIP participam de Webinário Iberoamericano sobre Infância, adolescência e direito a saber](#)

[SIP se reúne com OCDE para finalização do relatório Integrity Review](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

OGP

CGU PARTICIPA DA CÚPULA GLOBAL DA OGP E ASSUME COPRESIDÊNCIA DA PARCERIA

Liderança é compartilhada com Steph Muchai, representante da sociedade civil na Parceria para Governo Aberto (OGP)



Entre os dias 7 e 9 de outubro de 2025, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto (OGP) 2025, na cidade de Vitória-Gasteiz, na Espanha. Na ocasião, a CGU assumiu a copresidência global da Parceria, ao lado da advogada queniana Steph Muchai, representante da sociedade civil.

A assunção da copresidência marcou a participação brasileira na Cúpula, evento que reuniu mais de dois mil representantes de governos e organizações da socie-

dade civil para compartilhar experiências, melhores práticas e progressos em iniciativas de governo aberto.

A delegação brasileira foi liderada pelo ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, e contou com a participação da secretária nacional de Transparência e Acesso à Informação, Livia Oliveira Sobota, da Coordenadora-Geral de Promoção de Governo Aberto, Fernanda Montenegro Calado, do chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Daniel Mol Marcolino, além de represen-

tantes de outros órgãos federais. Membros da sociedade civil, de instituições de ensino e pesquisa e de governos locais também representaram o Brasil na Cúpula.

Ao longo de três dias, os representantes da delegação brasileira participaram de painéis, mesas redondas e reuniões bilaterais, apresentando a visão do Brasil para a agenda de governo aberto e contribuindo com o debate internacional sobre fortalecimento democrático, confiança pública e participação cidadã.

O ministro da CGU participou da Plenária de Abertura da Cúpula, intitulada "Liderança em tempos complexos: avançando a resiliência democrática e a confiança social". Na ocasião, Carvalho destacou que a transparência tornou-se mais do que um serviço, consolidando-se como um bem público e uma forma de compreender a sociedade como parceira do governo.

Já a secretária nacional de Transparência e Acesso à Informação participou do painel "Resiliência e qualidade democrática em tempos de crise: um apelo global", no qual destacou o papel fundamental do governo aberto no fortalecimento da democracia. Diante de desafios globais cada vez mais complexos, como as mudanças climáticas, Sobota enfatizou a necessidade de ação coletiva e do uso estratégico das oportunidades oferecidas pelo governo aberto para promover

respostas públicas mais justas, eficazes e democráticas.

A delegação também participou da 8ª reunião do Grupo de Trabalho da OCDE sobre Governo Aberto (WPOG, em inglês), evento paralelo ocorrido no dia 06 de outubro, no qual foram discutidos indicadores, estratégias de governo aberto e a relação entre inteligência artificial e ecossistemas de participação. Na ocasião, Sobota apresentou o conceito de governo aberto como um modelo híbrido que, no contexto brasileiro, ainda não atua plenamente como um guarda-chuva para as demais políticas públicas. Segundo a secretária, as políticas de participação social, transparência e gestão ainda não se encontram plenamente integradas à política nacional de governo aberto. Nesse sentido, destacou que a estratégia de governo aberto, atualmente em elaboração pela CGU, tem potencial para promover maior coordenação entre essas políticas, permitindo que passem a operar de forma mais articulada, como um ecossistema integrado.

A Cúpula foi encerrada com o anúncio dos vencedores do OGP Awards, premiação que reconhece as reformas mais promissoras e impactantes na agenda de governo aberto. O **Compromisso 1** do 6º Plano de Ação Nacional, coordenado pela CGU, recebeu menção honrosa pelos avanços em transparência e participação nas políticas públicas de infraestrutura.

Assista aos painéis da Cúpula da OGP no [canal da Parceria no YouTube](#)

COALIZÃO DE TRANSPARÊNCIA ATIVA É LANÇADA DURANTE A CÚPULA DA OGP

A rede, apoiada pela OGP e pela OCDE, é formada por governos líderes e organizações especialistas na área de divulgação proativa de informações públicas

Durante a Cúpula da OGP, foi instituída a Coalizão de Transparência Ativa, uma iniciativa dos Países Baixos com apoio da Parceria para Governo Aberto (OGP) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem como objetivo estabelecer padrões e diretrizes em transparência ativa.

Em um contexto global marcado pela crescente necessidade de informações transparentes e confiáveis, a rede entende que a divulgação proativa, onde o governo informa ativamente a sociedade sobre suas ações e decisões, é um importante direito que deve ser garantido ao cidadão, além da divulgação mediante solicitação. Ao compartilhar informações de forma proativa e significativa, a transparência sobre as escolhas de políticas aumenta, o que pode aumentar também a confiabilidade do governo.

Nesse contexto, diversos países vêm estabelecendo regras para garantir o direito de acesso à informação e os integrantes

da coalizão têm a oportunidade de liderar esse processo em um nível global. O trabalho do grupo será realizado por meio de debates informados, aprendizagem entre pares, análise baseada em evidências e padrões comuns que contribuem para compromissos impactantes por meio da plataforma OGP. Ao longo de 2026, a Coalizão também apoiará o desenvolvimento de um padrão internacionalmente reconhecido, os Princípios de Boas Práticas da OCDE sobre divulgação proativa.

Lançada inicialmente com a presença de 11 governos, a iniciativa reúne atualmente os seguintes países: Brasil, Alemanha, Armênia, Canadá, Croácia, Escócia, Espanha, Estônia, Finlândia, Países Baixos, Portugal, Romênia. A adesão à Coalizão está aberta a países que compartilham os objetivos da iniciativa e que tenham dado passos significativos rumo à divulgação proativa por meio de legislação e práticas governamentais.



OEA

FELLOWSHIP OEA 2025 IMPULSIONA GOVERNO ABERTO E AÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL

CGU promove seminário presencial do Programa em Brasília com jovens lideranças de todo o país



A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Escola de Governo da Organização dos Estados Americanos (OEA), com o apoio da Embaixada da França e do Banco Mundial, realizaram, entre os dias 14 e 17 de outubro, em Brasília, o seminário presencial do Programa Fellowship OEA de Governo Aberto com foco em Mudança Climática – Brasil 2025.

Durante os quatro dias de evento, os 25 jovens participantes do Programa se reuniram para enfrentar cinco desafios climáticos, identificados em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, com o propósito de transformá-los em soluções inovadoras. Os desafios envolveram temas como transição energética justa; poluição e respostas a eventos climáticos extremos; desertificação e seca no Semiárido; financiamento climático e transparência; e datacenters e soberania digital. Em um processo de cocriação, os jovens utilizaram dados abertos como matéria-prima e ferramentas de governo aberto como motor para buscar soluções para esses problemas e gerar confiança entre governo e cidadania.

Em [entrevista](#) à CGU, a diretora do Departamento de Gestão Pública Eficaz da OEA,

Maria Fernanda Trigo, destacou a importância da diversidade dos participantes para o sucesso da iniciativa: "Nós tínhamos um grupo de pesquisadores que realmente representava diferentes regiões e setores, refletindo toda aquela riqueza que existe no Brasil. Pudemos então ver como o problema das mudanças climáticas se traduz em diferentes problemas concretos para cada região e como essa diversidade ajuda a concretizar o máximo possível e a enxergar com mais clareza o impacto nas comunidades das quais tivemos representantes no Fellowship".

Após o seminário em Brasília, algumas dessas jovens lideranças participaram da COP 30, em Belém, contribuindo com o debate sobre o enfrentamento das mudanças climáticas. Na ocasião, os fellows se reuniram com o Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, com a Secretária-Executiva da CGU, Eveline Martins Brito, e com o Embaixador da França no Brasil, Emmanuel Lenain, para apresentar as soluções que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Programa.



FELLOWSHIP OEA 2025 - Esta edição do Programa, iniciada em março de 2025 e voltada à formação de jovens lideranças, busca fortalecer a governança democrática e enfrentar os desafios das mudanças climáticas, por meio da transparência, da participação cidadã e da inovação em políticas públicas. A ação combina formação, colaboração e experimentação para transformar dados, ciência e participação social em propostas concretas para fortalecer a ação climática no Brasil. A etapa final do Programa será realizada em março deste ano, em Brasília, ocasião em que os fellows apresentarão os produtos finais de seus projetos com soluções cocriadas para os desafios climáticos.

COP 30

CGU LANÇA AGENDA DA COPRESIDÊNCIA DA OGP DURANTE A COP 30

Documento define prioridades do mandato 2025–2026 e reforça o papel do governo aberto no enfrentamento dos desafios climáticos



A Controladoria-Geral da União (CGU) e Steph Muchai lançaram, no dia 12 de novembro, durante a COP 30, em Belém (PA), a Agenda da Copresidência da Parceria para Governo Aberto (OGP), documento que apresenta uma visão compartilhada sobre quais serão as prioridades estratégicas da Parceria para o período 2025–2026.

O lançamento ocorreu no contexto do painel "Governo aberto: integridade, transparência e participação social para o fortalecimento das políticas climáticas", promovido pela CGU durante a Conferência das Partes. O evento contou com a participação do ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, do Secretário-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, e da representante da Open Knowledge Brasil, Haydée Svab. O painel foi mediado pela secretária de Transparência e Acesso à Informação da CGU, Livia Sobota.

O encontro abordou os desafios que as mudanças climáticas impõem à administração pública e destacou a importância da integridade, da transparência e da participação social para orientar a atuação do Estado na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas.

Alinhada a esse debate, a [Agenda da Copresidência da OGP para 2025–2026](#) traz uma visão conjunta de fortalecimento do governo aberto em âmbito global e reflete o compromisso dos copresidentes em promover avanços coletivos e responder às necessidades e perspectivas que emergem dos diferentes contextos sociais e diante dos desafios climáticos.

A construção do documento foi conduzida a partir de um processo de diálogo entre Stephanie Muchai, representantes da CGU e da OGP. O processo envolveu ainda atores estratégicos do governo brasileiro e da sociedade civil, que contribuíram para a identificação de temas prioritários do mandato. As conversas ocorreram no âmbito do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e do Grupo de Trabalho de Governo Aberto do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC).

A carta da copresidência estabelece duas prioridades para o mandato: 1) "Governo aberto na prática: direcionando as

transições digital e ambiental para o bem das pessoas e do planeta"; e 2) Governo aberto por um mundo melhor: o papel da OGP no diálogo e na cooperação internacional.

A primeira prioridade reconhece que as transições digital e ambiental estão remodelando a forma como vivemos e como compreendemos o mundo e enfrentar a mudança do clima e democratizar os benefícios da revolução digital exige o engajamento de todos os setores da sociedade. Nesse contexto, a copresidência da OGP surge como uma oportunidade para evidenciar os benefícios concretos do governo aberto, demonstrando como princípios como abertura, transparência, participação, prestação de contas, integridade e responsividade podem gerar soluções concretas e transformadoras para políticas climáticas e digitais.

A segunda prioridade busca renovar a liderança política e o compromisso global com os valores do governo aberto. Diante de desafios globais cada vez mais complexos e interconectados, a agenda de governo aberto deve fortalecer sua contribuição para o diálogo e a cooperação internacional, sempre guiada pela Declaração de Governo Aberto e pela Estratégia da OGP para 2023–2028.

Confira [aqui](#) o documento na íntegra.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Missão do Ministério da Justiça de Cuba (MINJUS) ao Brasil – Brasília (17 a 21/11/2025): início do intercâmbio técnico e imersão no modelo brasileiro de transparência e participação.

A Controladoria-Geral da União recebeu a delegação cubana na etapa inicial do projeto de cooperação técnica, com uma agenda concebida como imersão institucional — mais do que uma simples apresentação de ferramentas — voltada a apoiar, em perspectiva comparada, os esforços de implementação da recente Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública cubana (Ley 168/2024). Ao longo da semana, foram abordados o percurso brasileiro de consolidação da transparência e do acesso à in-

formação, desafios práticos de efetividade na implementação, fluxos de transparência ativa e passiva e o desenho de canais de atendimento ao cidadão, com demonstrações e diálogo técnico sobre governança e coordenação interinstitucional. A missão também aprofundou a interface entre transparência e participação social, com agenda na Secretaria-Geral da Presidência da República, evidenciando como a participação se fortalece quando articulada a rotinas de publicidade, resposta e inteligibilidade das decisões públicas.



Integrantes da CGU recebem delegação do Ministério da Justiça de Cuba em Brasília/DF.

Missão técnica brasileira a Cuba – Havana (9 a 19/12/2025): mapeamento da arquitetura institucional de consultas presenciais e do ciclo de tratamento e devolutiva.

A missão realizada em Havana permitiu reconstituir, com base em entrevistas e documentação institucional, a arquitetura institucional e metodológica que sustenta consultas presenciais de grande alcance. O intercâmbio concentrou-se em três eixos práticos: (i) as estruturas territoriais e setoriais mobilizadas para operacionalizar consultas; (ii) as estratégias presenciais de convocação, inclusão e condução das reuniões; e (iii) o fluxo institucional de sistematização, análise e eventual incorporação de contribuições cidadãs em textos normativos e políticas públicas, com atenção à lógica de fechamento do ciclo por meio de devolutivas. O valor agregado do intercâmbio esteve em compreender como processos consultivos podem funcionar como capacidade institucional contínua — com regras, instrumentos de registro e rotinas de consolidação — e não como iniciativas pontuais.

DUAS MISSÕES, UMA MESMA LIÇÃO INSTITUCIONAL

Tomadas em sequência, as duas missões revelam um ponto central para a agenda de governo aberto: a participação e a transparência só “ganham escala” quando deixam de depender de esforços pontuais e passam a operar como rotina institucional. No caso brasileiro, isso aparece na construção de canais, fluxos e responsabilidades que tornam o acesso à informação exequível e responsivo; no caso cubano, na capacidade de estruturar consultas presenciais de grande alcance com registro, sistematização e devolutiva. O aprendizado bilateral que emerge do intercâmbio é concreto: confiança pública não se produz apenas por anunciar direitos ou convocar participação, mas por sustentar métodos verificáveis de publicidade, escuta, tratamento de contribuições e retorno ao cidadão. É esse tipo de capacidade — mais do que formatos específicos — que o Projeto BRA/13/008 ajuda a fortalecer, conectando a cooperação internacional a melhorias práticas na forma como o Estado organiza decisões públicas e dialoga com a sociedade.



Registro da delegação da CGU com representantes do governo de Cuba - Havana

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

OCDE

CGU PARTICIPA DA PLENÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE SUBORNO DA OCDE (WGB) E REFORÇA PROTAGONISMO DO BRASIL NO COMBATE AO SUBORNO TRANSNACIONAL

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2025, da Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais (Working Group on Bribery – WGB), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada na sede da Organização, em Paris.

O WGB é o principal foro internacional de monitoramento da implementação da Convenção da OCDE sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros, instrumento considerado referência global (“gold standard”) em matéria de avaliação por pares na área anticorrupção. O Grupo reúne os 46 Estados Partes da Convenção e conduz avaliações periódicas em quatro fases, com relatórios públicos e recomendações específicas a cada país.

A delegação brasileira foi composta por Daniel Mol Marcolino, Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT/CGU); Vinícius Marcelus Rodrigues Nunes, Assistente da AINT; e Julia Rodrigues Lirio, da Secretaria de Integridade Privada (SIPRI/CGU). A participação ativa da CGU reafirma o compromisso institucional do Brasil com o fortalecimento dos mecanismos de prevenção e responsabilização por suborno transnacional.

A agenda da semana incluiu a análise de relatórios de avaliação e de acompanhamentos escritos no âmbito da Fase 4, além de debates técnicos sobre dados de enforcement, cooperação internacional e tendências no enfrentamento ao suborno estrangeiro. Destacaram-se as discussões relativas às avaliações da Colômbia, do Peru e do México, países cujos relatórios foram examinados no período. No caso colombiano, o relatório de Fase 4 foi submetido à deliberação do Grupo na própria reunião de dezembro.

O Brasil participou diretamente das discussões referentes ao Peru (relatório adicional no contexto da Fase 2) e ao México (relatório adicional da Fase 4), inclusive em reuniões preparatórias técnicas, nas quais atuou como examinador em conjunto com outros países membros. Essa atuação evidencia o papel do País não apenas como avaliado, mas também como avaliador no mecanismo de revisão por pares da OCDE.

A reunião integrou o calendário oficial do WGB para 2025, que prevê plenárias em março, junho e dezembro, sendo já confirmadas as datas de 17 a 20 de março de 2026 para o próximo encontro. Esse próximo ciclo é particularmente relevante para o Brasil, que apresentará seu relatório de acompanhamento escrito de dois anos (Two-Year Written Follow-Up – 2YFU) no âmbito da Fase 4.

Nesse contexto, a presença da CGU na plenária de dezembro foi estratégica. Além de contribuir tecnicamente para as avaliações de outros países, a delegação brasileira acompanhou de perto os debates metodológicos e os critérios adotados pelo Grupo, reforçando a preparação institucional para o exame do 2º YFU brasileiro em março de 2026.

A participação qualificada da CGU no Working Group on Bribery reafirma o protagonismo do Brasil na agenda internacional de integridade e o compromisso do Estado brasileiro com padrões elevados de prevenção e repressão ao suborno transnacional, em consonância com as melhores práticas multilaterais.



Servidor da AINT/CGU, Vinicius Nunes

3ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE INTEGRIDADE PÚBLICA E ANTICORRUPÇÃO (PIAC) DA OCDE

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nos dias 13 e 14 de novembro de 2025, em Paris, da 3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integridade Pública e Anticorrupção (PIAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O encontro é um dos principais fóruns internacionais dedicados ao fortalecimento de políticas de integridade, transparência e prevenção da corrupção no setor público. A reunião reuniu representantes de países membros e parceiros da OCDE para debater desafios contemporâneos e compartilhar boas práticas relacionadas à promoção da integridade pública, ao aprimoramento dos sistemas de prevenção à corrupção e ao fortalecimento da confiança nas instituições públicas.

Entre as iniciativas brasileiras reconhecidas pela OCDE, destacou-se o Programa Time Brasil – Ações de Integridade Pública para Estados e Municípios, que oferece apoio técnico e metodológico a governos subnacionais para a implementação de medidas de integridade, transparência e participação social. O programa tem caráter voluntário e vem contribuindo para a disseminação de práticas de prevenção à corrupção em todo o território nacional.

A delegação brasileira foi liderada pela Secretária de Integridade Pública da CGU, Patricia Alvares, que apresentou os principais achados da Revisão de Integridade da OCDE sobre o Brasil. Em sua apresentação, destacou-se a evolução do país na consolidação de políticas e instrumentos institucionais voltados à integridade, ressaltando o papel estratégico desse tema para a boa governança e para a efetividade das políticas públicas. Durante o encontro, foi enfatizado que a integridade deve ser compreendida como um elemento central da gestão pública, contribuindo para a eficiência administrativa, a transparência, a prevenção de riscos e o fortalecimento da confiança da sociedade no Estado.

A OCDE também ressaltou as ações da CGU voltadas à promoção da ética e da cidadania, com destaque para o programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania", desenvolvido em parceria com o Instituto Maurício de Sousa, que busca fortalecer valores éticos desde a infância.



3ª CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE GOVERNANÇA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 3ª Conferência Ministerial de Governança para a América Latina e o Caribe (LAC Ministerial Summit on Governance), promovida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Assunção, no Paraguai. O encontro reuniu autoridades e especialistas da região para discutir o fortalecimento da governança pública, da integridade e da confiança nas instituições democráticas.

Um dos destaques da conferência foi o lançamento dos resultados do OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions in Latin America and the Caribbean – 2025 Results, pesquisa que analisa os fatores que influenciam a confiança da população nas instituições públicas. O estudo foi realizado em dez países da América Latina e do Caribe, com metodologia internacional padronizada, e contou com a participação do Brasil no grupo diretivo responsável pela governança do projeto.

Os dados apresentados indicam um avanço expressivo da confiança dos brasileiros nas instituições públicas entre

2022 e 2025. A confiança no Governo Federal passou de 26% para 38%, percentual acima da média regional. Também houve crescimento significativo na confiança no serviço público, que subiu de 24% para 41%, superando igualmente a média da América Latina e do Caribe.

A pesquisa também aponta melhorias relevantes em áreas diretamente relacionadas à prestação de serviços à população. O indicador de acesso a benefícios sociais aumentou de 33% para 48%. Resultados positivos foram observados ainda na confiança dos usuários dos serviços de saúde e educação, além do sistema eleitoral, que alcançou 48% em 2025 — o maior índice registrado entre os países da região.

Os resultados reforçam a importância das políticas de integridade, transparência e aprimoramento dos serviços públicos como fatores centrais para o fortalecimento da confiança institucional. Esses temas estiveram no centro dos debates do encontro ministerial e integram a agenda prioritária da OCDE para a promoção de uma governança pública mais eficaz e responsiva na América Latina e no Caribe.



[OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions in Latin America and the Caribbean 2025 Results](#)

ONU

CGU LIDERA DELEGAÇÃO BRASILEIRA E PROJETA PROTAGONISMO DO BRASIL NA COSP11, EM DOHA

A Controladoria-Geral da União (CGU) coordenou a participação do Brasil na 11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (COSP11), realizada de 15 a 19 de dezembro, em Doha, no Catar, consolidando o protagonismo brasileiro na agenda global de integridade, cooperação internacional e combate à corrupção. Chefiada pelo ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, a delegação brasileira contou com representantes da CGU, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Polícia Federal (PF), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), do Ministério do Esporte e do Tribunal de Contas da União (TCU). O secretário de Integridade Privada da CGU, Marcelo Pontes, atuou como subchefe da delegação, ao lado do chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), Daniel Mol, reforçando a centralidade da CGU na articulação técnica e diplomática do Brasil no evento.

A COSP é o principal órgão decisório da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e tem como função apoiar a implementação do tratado pelos Estados Partes, além de orientar os trabalhos técnicos conduzidos pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). A agenda oficial da 11ª sessão incluiu a revisão da implementação da Convenção, assistência técnica, prevenção, recuperação de ativos e cooperação internacional, e o Brasil teve participação ativa em praticamente todos esses eixos.

Durante a discussão geral da conferência, o ministro Vinicius de Carvalho destacou que o fortalecimento da integridade pública é eixo estruturante da ação estatal brasileira e elemento estratégico no enfrentamento à infiltração do crime organizado no poder público. Em sua intervenção, apresentou medidas adotadas no país para ampliar a transparência e a responsabilização, como o aprimoramento do Portal da Transparência, com mecanismos que permitem ao cidadão

rastrear emendas parlamentares, a revisão de sigilos considerados indevidos ou ilegais e a intensificação da cooperação entre CGU, Ministério Público Federal, AGU e Polícia Federal. Essa articulação interinstitucional resultou, entre 2023 e 2025, em operações conjuntas envolvendo aproximadamente US\$ 2,22 bilhões, evidenciando o compromisso brasileiro com respostas coordenadas e estruturantes.

Ao longo da programação oficial, integrantes da CGU participaram de sete painéis de alto nível, nos quais apresentaram experiências brasileiras no uso de dados e tecnologia como ferramentas estratégicas de prevenção e combate à corrupção. No painel "Corrupção, Tributação e Fluxos Financeiros Ilícitos", promovido pelo UNODC, foi detalhada a metodologia de acompanhamento e análise de enriquecimento ilícito de agentes públicos, com destaque para a plataforma e-Patri e seu módulo de análise, que utiliza inteligência artificial para processar declarações de bens e identificar situações de risco. No painel "Ferramentas Digitais para a Transparência em Licitações Públicas", também promovido pelo UNODC, foi apresentado o sistema Alice, ferramenta que amplia a capacidade de monitoramento e análise de contratações públicas. Já no Fórum do Setor Privado, evento paralelo à COSP, a CGU apresentou a aplicação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Programas de Integridade (SAMPI), utilizado no âmbito do Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, demonstrando como a digitalização do processo gera feedback estruturado tanto para avaliadores quanto para empresas participantes.

Um dos principais marcos da participação brasileira foi a apresentação e aprovação de proposta de resolução copatrocinada por Brasil, Namíbia e Costa do

Marfim, dedicada à prevenção e ao combate à corrupção associada a crimes que afetam o meio ambiente. O texto consolida uma abordagem integrada entre integridade pública, proteção ambiental e enfrentamento ao crime organizado, ao reforçar a necessidade de transparência e gestão de riscos em concessões, permissões e licenças ambientais, estimular o uso de tecnologias de rastreabilidade, fortalecer mecanismos de denúncia protegida e promover a responsabilização de pessoas físicas e jurídicas. A proposta também enfatiza a cooperação internacional para identificação, congelamento e recuperação de ativos e contribui para institucionalizar o tema da corrupção ambiental no âmbito dos trabalhos da Convenção, representando avanço qualitativo na agenda multilateral.

A COSP11 marcou ainda a conclusão dos trabalhos da CGU à frente da presidência do Grupo Anticorrupção do BRICS. Em evento específico com representantes dos países membros, foram apresentados os resultados da presidência brasileira, com ênfase em integridade no setor privado, desenvolvimento sustentável, uso de inteligência artificial na prevenção à corrupção e recuperação de ativos. O encontro incluiu sessão dedicada à apresentação de boas práticas empresariais, com participação de representantes da Índia, da Rússia e da Petrobras, reforçando o diálogo entre setor público e setor privado.

No campo da cooperação internacional, o ministro Vinicius de Carvalho realizou reuniões bilaterais com representantes da França e do Reino Unido. No encontro com a Agência Francesa Anticorrupção (AFA), foram discutidos estratégias e planos de integridade pública, inclusive a experiência brasileira com o Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC). Já na reunião com o Reino Unido, foram

debatidas iniciativas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, ocasião em que o Brasil foi convidado a participar do Illicit Finance Summit, previsto para ocorrer em Londres no próximo ano. Esses diálogos reforçam a inserção do Brasil em redes estratégicas de cooperação e intercâmbio de experiências.

A delegação brasileira também participou do GlobE Day, destacando a importância da Rede GlobE como instrumento de intercâmbio ágil e informal de informações entre autoridades de aplicação da lei, e do Civil Society Preparatory Day, no qual foi assinado o termo "Transparency Pledge", reafirmando o compromisso institucional com a transparência e o diálogo com a sociedade civil.

Com atuação transversal nos principais eixos da agenda, prevenção, assistência técnica, recuperação de ativos e cooperação internacional, a participação brasileira na COSP11 consolidou a CGU como referência internacional em políticas de integridade, inovação tecnológica e articulação interinstitucional. A coordenação da delegação pela CGU, com presença

do ministro e integração com MRE, MJSP, AGU, PF, COAF e TCU, reafirma o compromisso do Brasil com a implementação efetiva da UNCAC e com o fortalecimento da governança global anticorrupção.



G20

CGU PARTICIPA DE EVENTO SOBRE AVANÇOS NA PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE POR MEIO DA INTEGRIDADE

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou no dia 27 de outubro do side event "Advancing Whistleblower Protection through Integrity by Design", parte da programação oficial da 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG), realizada sob presidência conjunta do Brasil e da África do Sul.

Representando a CGU, o chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Daniel Mol, apresentou o estudo de caso intitulado "Integrity by Design: Practical Implementation of Whistleblower Protection in Brazil". A exposição destacou o modelo brasileiro de proteção a denunciantes, que combina estrutura normativa robusta, tecnologia de ponta e compromisso ético institucional.

Entre os pontos centrais apresentados, ganhou destaque a plataforma Fala.BR, de-

envolvida pela CGU como sistema nacional unificado para recebimento e tratamento seguro de denúncias. O sistema conta com recursos avançados, como anonimização automática, trilhas de auditoria e criptografia de dados, garantindo a segurança e a confidencialidade das informações.

Daniel Mol também apresentou o arcabouço legal que sustenta a iniciativa, incluindo as Leis nº 13.460/2017 e nº 13.608/2018, além de decretos e portarias que disciplinam as competências das ouvidorias e a proteção da identidade do denunciante. Desde sua implantação, o sistema não registrou vazamentos de identidade, o que contribuiu para o aumento da confiança da sociedade nos mecanismos de controle e transparência. O caso brasileiro foi reconhecido no Relatório de Accountability do G20 de 2025 como referência internacional em boas práticas de proteção a denunciante e uso ético de tecnologias aplicadas à integridade pública.



Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Daniel Mol Marcolino

EVENTOS

OCDE

INTEGRIDADE PÚBLICA NO BRASIL: CONSOLIDANDO PROGRESSOS

No dia 7 de novembro de 2025, a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizaram em Brasília o evento "Integridade Pública no Brasil: Consolidando Progressos", que teve como ponto central o lançamento do relatório internacional Revisão de Integridade da OCDE sobre o Brasil 2025. O encontro reuniu autoridades e especialistas para debater os avanços do país na construção de um sistema de ética e transparência mais robusto e alinhado aos padrões globais de governança.

O documento apresentado pela OCDE reconhece a expressiva evolução do arcabouço de integridade brasileiro desde a primeira avaliação realizada em 2012, destacando que o país alcançou uma maturidade institucional notável com a consolidação de órgãos de controle e sistemas de acesso à informação. Entretanto, o relatório aponta que o Brasil vive agora um momento de transição, no qual o principal desafio é superar o modelo de conformidade estritamente burocrática para estabelecer uma cultura de integridade estratégica e profunda em todos os níveis da administração pública. Para sustentar essa evolução, a organização recomenda o fortalecimento da coordenação nacional por meio da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que deve atuar como o eixo orientador de longo prazo para as políticas de integridade. Outro ponto fundamental abordado é a reestruturação das comissões de ética, com a proposta de que sejam transformadas em unidades profissionais focadas exclusivamente na prevenção e orientação aos servidores, deixando as funções de sanção para as instâncias disciplinares competente. A revisão técnica também ressalta a importância de estender essas práticas para além do governo federal, sugerindo a criação de mecanismos legais que obriguem e incentivem estados e municípios a desenvolverem seus próprios sistemas de integridade. No que diz respeito ao ambiente normativo, a OCDE recomenda a simplificação de leis dispersas e muitas vezes anacrônicas, defendendo a adoção de códigos de conduta baseados em valores que sejam facilmente compreendidos pelos funcionários públicos e pela sociedade civil.

O relatório finaliza com recomendações específicas para os poderes Legislativo e Judiciário, enfatizando a urgência de re-

gras mais claras sobre conflitos de interesse e a necessidade de regulamentar o lobbying. Segundo o diagnóstico internacional, o aperfeiçoamento da proteção a denunciante e a transparência nos processos de tomada de decisão são vitais para que a integridade pública brasileira deixe de ser apenas um conjunto de normas e passe a ser um valor intrínseco à governança, permitindo que o Estado enfrente com eficiência desafios contemporâneos como a transição climática e o desenvolvimento sustentável.





Ministro Vinícius Marques de Carvalho, Secretária Patrícia Alvares e Elsa Pilichowski da OCDE

DPGA

BRASIL SEDIA DPGA 2025: CGU E PARCEIROS ARTICULAM O FUTURO DOS BENS PÚBLICOS DIGITAIS

Entre avanços na agenda climática e integração de novos membros, evento reafirma o papel estratégico das soluções digitais para a soberania e o interesse público.

Aconteceu em Brasília, entre os dias 24 e 26 de novembro de 2025, o Digital Public Goods Alliance Annual Members Meeting (DPGA/AMM), evento que se consolidou como um marco relevante para o fortalecimento do debate internacional e para o avanço contínuo da agenda global de bens públicos digitais (Digital Public Goods – DPGs). A organização do encontro contou com a parceria do governo brasileiro, representado pela Controladoria-Geral da União (CGU), pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV).

A reunião anual envolveu mais de cem representantes de organizações nacionais e internacionais, incluindo governos e mantenedores de produtos classificados como DPGs. As discussões concentraram-se em estratégias para apoiar países e parceiros de desenvolvimento na adaptação a transformações geopolíticas e tecnológicas, com o objetivo de promover impactos concretos e mensuráveis na qualidade de vida das populações e na sustentabilidade ambiental. O encontro também marcou a integração

de novos membros à Aliança, entre os quais o Brasil, ampliando a diversidade e a representatividade institucional da DPGA.

A edição de 2025 evidenciou ainda o aumento de sua capacidade de atuação em um contexto caracterizado por acelerados avanços tecnológicos e por mudanças geopolíticas de grande magnitude. Nesse sentido, o DPGA/AMM refletiu o amadurecimento da Aliança enquanto espaço de coordenação global para a promoção de soluções digitais abertas, seguras e orientadas ao interesse público. Entre os principais resultados discutidos, destacam-se: (i) o crescimento e a maturidade do ecossistema de DPGs, evidenciados pela expansão contínua do registro da DPGA, que passou a contabilizar mais de 200 bens públicos digitais verificados; (ii) o fortalecimento da colaboração entre diferentes DPGs, demonstrando o potencial de soluções digitais abertas e interoperáveis para ampliação de escala e maximização de impacto;

(iii) o reforço do alinhamento internacional, com a presença dos DPGs em fóruns estratégicos, como a Semana do Código Aberto das Nações Unidas e o Fórum de Governança da Internet, realizado na Noruega; e (iv) avanços relevantes na agenda climática, incluindo o desenvolvimento de um novo arcabouço para identificação de DPGs voltados à ação climática e o anúncio, pelo Brasil, de um módulo aberto compartilhado derivado do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esses avanços constituíram a base conceitual e prática para a realização de oficinas e mesas-redondas ao longo do evento, que evidenciaram características centrais da comunidade DPGA, tais como a abertura institucional, a colaboração orientada à solução de problemas e o compromisso coletivo com o enfrentamento de desafios globais.

Adicionalmente às sessões formais, a programação incluiu atividades voltadas ao fortalecimento de redes de cooperação internacional. A Feira de DPGs, por exemplo, reuniu mais de 25 iniciativas, possibilitando a interação direta entre participantes, equipes técnicas e soluções digitais, bem como a identificação de oportunidades concretas de cooperação. Almoços regionais e encontros sociais favoreceram a troca de experiências entre representantes de diferentes contextos nacionais e institucionais, contribuindo para a consolidação de um ambiente colaborativo. Ao final dos três dias de atividades, emergiu um consenso central: os bens públicos digitais vêm se afirmando como elementos estratégicos não apenas para a prestação eficiente de serviços públicos, mas também para a promoção da confiança institucional e do acesso equitativo em um cenário digital progressivamente mais complexo.



Foto de família do DPGA Annual Members Meeting 2025

ONU

CGU DISCUTE METODOLOGIAS PARA A MENSURAÇÃO DA CORRUPÇÃO EM CONFERÊNCIA GLOBAL DA ONU EM NOVA IORQUE

A 2ª Conferência Global de Dados para Mensuração da Corrupção foi realizada na sede das Nações Unidas em Nova York, de 2 a 4 de dezembro de 2025, reunindo mais de 500 participantes de todo o mundo, incluindo representantes de instituições acadêmicas, de organizações da sociedade civil, do setor privado e delegados de mais de 100 Estados-Membros da Convenção da ONU contra a Corrupção – UNCAC. O Secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes, e a auditora Tatiana Petry, da Assessoria Internacional da CGU, participaram das discussões.



O evento teve como objetivo discutir ferramentas de mensuração à corrupção atualmente em prática no mundo e o futuro dessas metodologias. Marcelo participou da sessão Mensuração de Cor-

rupção como um Motor para Reformas, tendo enfatizado que a CGU tem investido na utilização de recursos de tecnologia da informação e de inteligência artificial para subsidiar suas diversas frentes de atuação como integridade, auditoria, ouvidoria e correição. Em evento paralelo dedicado a discutir ferramentas práticas para a mensuração da corrupção, Marcelo ressaltou a relevância da International Anticorruption Academy - IACA como centro de estudo para capacitar agentes públicos de todo o mundo para a análise e utilização de dados que orientem a agenda de prevenção e de combate à corrupção.

Tatiana Petry participou de painel sobre metodologias para mensuração da efetividade de agências anticorrupção e incentivou a integração entre metodologias que têm como foco os sistemas de prevenção e combate à corrupção, como é o caso do Public Integrity Indicators da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, e a metodologia lançada pela IACA durante o painel, para mensuração da efetividade de agências anticorrupção, que tem como foco a implementação de processos e capacidade institucional. O Brasil participa das duas metodologias, sob a coordenação da CGU.

Durante a Conferência foram lançadas outras iniciativas como uma versão inicial do Painel de Dados de Medição da Corrupção Global, desenvolvida pela Iniciativa Global de Combate à Corrupção do PNUD. A plataforma reúne dados, indicadores e perfis de países para infor-

mar reformas baseadas em evidências em várias dimensões da corrupção e do combate à corrupção. O painel atualmente abrange 60 países, mais de 70 milhões de contratos e mais de 60 trilhões de dólares em gastos públicos. O PNUD também apresentou uma nova metodologia para medir a integridade em aquisições

públicas, utilizando indicadores de alerta, juntamente com uma abordagem baseada em pesquisas que captura as experiências das empresas com subornos. Juntas, essas ferramentas podem fornecer uma base sólida baseada em dados para a reforma. O evento está gravado e disponível no site do UNODC.

OCDE

BRASIL NO CENTRO DA ESTRATÉGIA DIGITAL GLOBAL: CGU PARTICIPA DA REUNIÃO DE E-LEADERS DA OCDE EM SYDNEY

A presença da Controladoria-Geral da União (CGU) reforça o compromisso brasileiro com a transparência, o uso ético da IA e o protagonismo do Governo Aberto.

Entre os dias 3 e 5 de novembro de 2025, a cidade de Sydney acolhe a Reunião Anual de E-Leaders da OCDE, realizada em conjunto com o Grupo de Especialistas em Dados Governamentais Abertos.

O Brasil marcou presença estratégica no fórum, representado pelo Diretor de Governo Aberto e Transparência, Marcelo Vidal, e pela secretária-adjunta de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), Luanna Roncaratti.

O evento, focado na "*Transformação digital para governos mais ágeis, eficientes e responsivos*", serviu de palco para o Brasil reafirmar sua liderança em práticas de dados abertos e integridade pública. A agenda destacou como a Inteligência Artificial (IA) e os Dados Abertos podem impulsionar a produtividade governamental e garantir que a inovação não deixe nenhum cidadão para trás.

Transparência e Protagonismo no Governo Aberto

Representando a CGU, o Diretor Marcelo Vidal participou de sessões de alto nível, onde a expertise brasileira em transparência foi ponto de referência. A atuação da Controladoria foi destacada como essencial para garantir que a transformação digital ocorra sob pilares de ética e controle social.

"A participação da CGU neste encontro garante que o Brasil ajude a moldar os padrões internacionais de Governo Aberto e Governança de IA, assegurando que a inovação tecnológica ande de mãos dadas com a transparência pública", pontuou a delegação.



O debate internacional baseou-se em dados robustos das pesquisas *OECD Survey on Digital Government 3.0* e *Open Government Data 6.0*, com foco em:

- **Reimaginar o Governo na Era da IA:** Explora modelos de governança ágil para mitigar riscos e usar a IA para melhorar a tomada de decisão.
- **Dados para Eficiência e Experiência do Usuário:** Discussões sobre interoperabilidade e governança de dados para simplificar operações internas e a entrega de serviços.
- **Evidências e Resultados:** A análise baseia-se em dados robustos das pesquisas *OECD Survey on Digital Government 3.0* e *Open Government Data 6.0*. A presença brasileira em Sydney consolida o país como uma referência global que une tecnologia de ponta, inclusão social e transparência absoluta na gestão pública.

A presença brasileira em Sydney consolida o país como uma referência global que une tecnologia de ponta, inclusão social e transparência absoluta na gestão pública.

RTA

CGU PARTICIPA DE SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE “INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E DIREITO A SABER”

Em setembro/2025, foi realizado o seminário online internacional sobre “Infância, adolescência e direito a saber – desafios para uma informação acessível e inclusiva”, que contou com cerca de 80 participantes de países da América Latina e da Península Ibérica. A Diretoria de Articulação, Supervisão e Monitoramento de Acesso à Informação - DASAI foi uma das organizadoras do evento, que foi promovido pelo Grupo de Trabalho de Gênero e Grupos em Situação de Vulnerabilidade da Rede de Transparência e Acesso à Informação - RTA, do qual é co-coordenadora. O evento integrou a campanha “Sua informação, seu direito” (“Tu Info, Tu Derecho”, em espanhol), que também foi promovida em setembro, no âmbito da RTA.

XXIX Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA)

Em novembro de 2025, ocorreu o XXIX Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) da Ibero-América, entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2025, na cidade de Teotihuacán de Arista, no México. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi representada pela Diretora de Articulação, Supervisão e Monitoramento do Acesso à Informação, da Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação, Cibelle Brasil.

A representante da CGU participou do painel “Inteligência artificial, transparência digital e Human in the Loop (Humano no Circuito)”, destacando o potencial da inteligência artificial generativa para facilitar a compreensão de informações públicas por cidadãos que não dominam o vocabulário técnico da administração pública, nem as ferramentas digitais de transparência. O debate também reforçou que a IA não substitui o trabalho hu-

mano, essencial para treinar e validar sistemas, buscando reduzir erros e vieses, garantir accountability e proteger direitos fundamentais.

Também foram apresentados os resultados do Grupo de Trabalho coordenado pela CGU, em parceria com o órgão garantidor do acesso à informação da Cidade de Buenos Aires, incluindo a campanha ibero-americana #TuInfoTuDerecho (“Sua Informação, Seu Direito”). Discutiu-se, ainda, proposta de apoio aos países na melhoria normativa e na adoção de boas práticas que fortaleçam a democratização do acesso à informação, com foco em grupos em situação de vulnerabilidade.

O encontro se consolidou como um importante espaço de intercâmbio de experiências entre países, permitindo a identificação de boas práticas que podem ser replicadas ou adaptadas ao contexto brasileiro.

REOGCI

CGU PARTICIPA DA XXV REUNIÃO ESPECIALIZADA DE ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS DE CONTROLE INTERNO DO MERCOSUL

A XXV Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do MERCOSUL (XXV REOGCI) ocorreu nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, reunindo representantes dos organismos de controle interno dos países-membros e associados do MERCOSUL, além de convidados especiais do Brasil.

O encontro foi realizado no contexto da Presidência Pro Tempore brasileira, reforçando o compromisso do país com o fortalecimento da cooperação regional, a troca de experiências e a harmonização de metodologias de auditoria e controle governamental.

O objetivo central da XXV REOGCI foi promover o debate técnico entre as instituições superiores de controle interno sobre temas estratégicos para a modernização da gestão pública, abrangendo transformação digital, ESG, abordagens de auditoria, infraestrutura, integração com políticas públicas e aprimoramento dos mecanismos de participação social. A reunião também buscou consolidar consensos, definir encaminhamentos conjuntos e fortalecer ações integradas entre os países.

Como país anfitrião, o Brasil teve participação proeminente na condução dos trabalhos, na coordenação dos painéis temáticos e na recepção das delegações internacionais. A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), foi responsável pela organização geral do evento e pela condução de diversas intervenções técnicas ao longo da programação. O país também atuou na presidência das sessões de abertura e encerramento, reforçando a posição estratégica da CGU nos mecanismos de controle interno na região.

O evento contou com a participação de autoridades de alto nível e representantes técnicos de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Portugal, Espanha, Ecuador, Chile e Panamá